

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz Mariana

CNPJ nº 61.699.567/0017-50

Nota da Administração

Em complemento às demonstrações contábeis consolidadas da SPDM - Associação Paulista p/ o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M., o parecer da Assembléia dos Associados da S.P.D.M. e o relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando p/ publicação as demonstrações contábeis da unidade: Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz Mariana que integra a S.P.D.M..

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da S.P.D.M.

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembléia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no art. 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. S.^{as} o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2013 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM. **Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz Mariana** elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretoria primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços c/ a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma empresa filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. O Conselho Fiscal é responsável pela análise de balanços. Conta também c/ a avaliação permanente da auditoria independente.

Compete ao seu Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, c/ notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas pela SPDM. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva p/ a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. p/ tanto, associa o melhor da tecnologia c/ atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do art. 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, c/ base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. São Paulo, 28/02/2014. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira**, Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			Demonstrações dos Resultados dos Períodos - Valores em Reais		
	2013	2012		2013	2012
Ativo			Passivo		
Ativo Circulante	1.416.699,60	1.258.912,72	Passivo Circulante	1.416.699,60	1.258.912,72
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4.1)	75.916,80	962.630,90	Fornecedores	30.081,72	99,00
Caixa	50,00	50,00	Serviços de Terceiros P.Física/Jurídica	26.997,00	43,84
Bancos conta movimento	18.233,13	35.470,63	Salários a pagar	112.141,88	613,71
Aplicações Financeiras (n. 4.2)	57.633,67	927.110,27	Contribuições a recolher	27.794,73	451,45
Clientes (n. 4.3)	1.255.452,23	208.936,97	Provisão de férias (n. 4.6)	154.998,87	156.958,62
Secr. Saúde do E.S.Paulo - NGA Sta Cruz	950.160,00	-	Provisão de FGTS sobre férias (n. 4.6)	12.399,91	12.556,69
Prov.de Desp.Rescisão de Contrato(n. 4.7)	305.292,23	208.936,97	Provisão de despesas c/quitações (n. 4.6)	305.292,23	208.936,97
Outros Créditos	20.728,41	20.234,58	Impostos a recolher	31.063,56	-
Adiantamentos a fornecedores	8.852,30	10.255,46	Obrigações Tributárias	2.697,08	177,30
Antecipações salariais	161,96	85,98	Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03	2.341,68	-
Antecipação de férias	10.889,15	9.683,55	Outras contas a pagar	18.087,37	2.438,76
Outros créditos e adiantamentos	825,00	209,59	Outros valores de terceiros	434.429,16	-
Despesas Pagas Antecipadamente	14.976,30	14.816,84	Conv./Contratos públicos a realizar (n. 6.3)	258.374,41	876.636,38
Prêmios de seguros e outros a vencer (n. 13)	14.976,30	14.816,84	Passivo Não Circulante	204.030,13	217.024,09
Estoques (n. 4.4)	49.625,86	52.293,43	Obrigações - Bens Móveis de terceiros	539.751,31	510.534,01
Núcleo Santa Cruz	49.625,86	52.293,43	Aj.vida útil econ.- Bens Móveis de terceiros	(335.721,18)	(293.509,92)
Ativo não circulante	204.030,13	217.024,09	Total do Passivo	1.620.729,73	1.475.936,81
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Patrimônio Líquido	-	-
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (N.5)	204.030,13	217.024,09	Total do Passivo e do Patrim.Líquido	1.620.729,73	1.475.936,81
-Bens Móveis	204.030,13	217.024,09	Contas de Compensação	539.751,31	510.534,01
Núcleo Santa Cruz	539.751,31	510.534,01	Operações c/Bens/Mercadorias-Terceiros	539.751,31	510.534,01
Aj.vida útil-bens terc.- NGA Santa Cruz	(335.721,18)	(293.509,92)	Bens recebidos	539.751,31	510.534,01
Total do Ativo	1.620.729,73	1.475.936,81	Total das Compensações Passivas	539.751,31	510.534,01
Contas de Compensação	539.751,31	510.534,01			
Operações com Bens/Mercadorias-Terceiros	539.751,31	510.534,01			
Bens recebidos	539.751,31	510.534,01			
Total das Compensações Ativas	539.751,31	510.534,01			

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Valores em Reais			Demonstração do Valor Adicionado - Valores em Reais		
	dez/13	dez/12		dez/13	dez/12
Fluxos de caixa das atividades operacionais			1 - Receitas	3.347.985,74	3.060.629,48
Resultados do exercício/período	-	-	1.1) Prestação de serviços	2.756.121,97	2.524.666,79
Aj.p/conc.o res.às disp.ger.pelas ativ.operac.	-	-	1.2) Subv.e outras receitas operacionais	-	-
Depreciação e amortização	-	-	1.3) Outras Rec.(-)Rec.Anul.do Exec. An	720,71	948,10
Resultado na venda de ativos permanentes	-	-	1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	590.653,06	535.014,59
Ajuste nas contas patrimoniais	-	(1.001.303,17)	1.5) Trabalho Voluntário	490,12	-
Variações nos ativos e passivos			2 - Ins.Adq.de Terceiros(incluído ICMS e IPI)	562.207,48	487.118,15
(Aumento) Redução em contas a receber	(1.047.168,55)	(203.185,71)	2.1) Matérias-primas consumidas	-	-
(Aumento) Redução em estoques	2.667,57	(7.595,68)	2.2) Custo das merc.utiliz.nas prestações d	163.576,97	148.964,71
Aumento (Redução) em fornecedores	56.935,88	(30.649,21)	2.3) Serviço de terceiros e outros	398.630,51	338.153,44
Aum.(Red.)em contas a pagar e provisões	100.851,00	1.031.205,65	2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	-	-
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(12.993,96)	(47.359,19)	3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	2.785.778,26	2.573.511,33
Disp.liq.ger.pelas(aplic.nas)ativ.operac.	(899.708,06)	(258.887,31)	4 - Retenções	-	-
Fluxos de caixa das ativ.de investim.			4.1) Depreciação, amortização e exaustão	-	-
(-) Compras de imobilizado	-	-	5 - Val.Adic.Liq.Prod.Pela Entidade (3-4)	2.785.778,26	2.573.511,33
(-) Adição de Bens de Terceiros	12.993,96	47.359,19	6 - Valor Adic.Rec.em Transferência	15.349,77	46.453,99
(-) Adição de bens intangíveis	-	-	6.1) Receitas financeiras	15.349,77	46.453,99
Disp.liq.ger.pelas(aplic.nas)ativ.de invest.	12.993,96	47.359,19	7 - Valor Adicionado Total (5+6)	2.801.128,03	2.619.965,32
Fluxos de caixa das ativ.de financiamento			8 - Distribuição do Valor Adicionado	2.801.128,03	2.619.965,32
Empréstimos tomados	356.742,37	-	8.1) Pessoal e encargos	2.183.926,71	2.068.837,08
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	(356.742,37)	-	8.2) Impostos, taxas e contribuições	2.476,67	4.326,92
Juros pagos por empréstimos	-	-	8.3) Juros	7.204,69	3.688,42
Disp.liq.ger.pelas(aplic.nas)ativ.de financ.	-	-	8.4) Aluguéis	16.376,90	8.098,31
Aum.(Redução) nas disponibilidades	(886.714,10)	(211.528,12)	8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	590.653,06	535.014,59
No início do período	962.630,90	1.174.159,02	8.6) Trabalho Voluntário	490,12	-
No final do período	75.916,80	962.630,90	8.7) Resultado do exercício	-	-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (n. 7) - Valores em Reais					
Descrição	Nota	Patrimônio		Superávit / (Déficit)	
		Social	Reservas Reavaliação	Do Exercício	Total
Saldo 31/12/2011				745.390,15	1.001.303,17
Incorporação ao Patrimônio Social		-	-	255.913,02	255.913,02
Transferência de Patrimônio		-	-	(255.913,02)	(255.913,02)
Realização da Reserva de Reavaliação		-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	(1.001.303,17)	(1.001.303,17)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-
Superávit/(Déficit) do Exercício		-	-	-	-
Saldo 31/12/2012					
Incorporação ao Patrimônio Social		-	-	-	-
Transferência de Patrimônio		-	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação		-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-
Superávit/(Déficit) do Exercício		-	-	-	-
Saldo 31/12/2013					

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1 - Contexto Operacional: A Entidade, **SPDM - Associação Paulista p/ o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretoria primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços c/ a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembléia dos Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva p/ a melhoria contínua dos serviços prestados pelo sistema único de saúde do Brasil. p/ tanto, associa o melhor da tecnologia c/ atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. **1.1 - Características da Unidade Gerenciada:** Objeto do contrato: Promover o fortalecimento, desenvolvimento, das ações e serviços de assistência à saúde prestada aos usuários do SUS na região c/ o porte de recursos financeiros p/ Conveniada, p/ operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz, conforme Plano de trabalho. Total de Recursos financeiros acordados no convênio: R\$ 2.137.860,00. **2 - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu § 4º e art. 195, § 7º da Constituição Federal, de 05/10/1988. **2.1 Requisitos p/ imunidade tributária:** Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no art. 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.5º do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 5º do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros registados de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (art. 25 XIX e art. 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (art. 46 I) e Assembléia Geral dos Associados (art. 19 V do Estatuto Social). **2.2 Isenção Tributária e característica da isenção:** A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos arts. 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados c/ o art. 1º da Lei nº 12.101/09, regulamentada pelo Decreto nº 7.237/10, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), apresentando as seguintes características: "a) Instituição é regida por legislação infraconstitucional; "a) Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contra-partida); "existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidades é dispensada de pagar o tributo; "há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. **2.3 - Requisitos p/ manutenção da isenção tributária:** A Lei 12.101 de 27/11/2009 estabelece em seu art. 29 e incisos que a entidade beneficente certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou beneficiários, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III - apresente certidão negativa ou certidão positiva c/ efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV - mantenha a escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância c/ as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006. Em outubro de 2013 a Lei 12.868 trouxe alterações ao art. 29 estabelecendo

em 3 novos § que: § 1º A exigência a que se refere o inciso I do caput não impede I - a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício; II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido p/ a remuneração de servidores do Poder Executivo federal. § 2º A remuneração dos dirigentes estatutários referidos no inciso II do § 1º deverá obedecer às seguintes condições: I - nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até 3º grau, inclusive afim, de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, beneficiários ou equivalentes da instituição de que trata o caput deste artigo; e II - o total pago a título de remuneração p/ dirigentes, pelo exercício das atribuições estatutárias, deve ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido neste parágrafo. § 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não impede a remuneração da pessoa do dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho. **3 - Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2013, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram arts. da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual p/ a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **3.1 - Razão Social da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista p/ o Desenvolvimento da Medicina - Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz Mariana** - Rua Santa Cruz, 1.191 - Vila Mariana. São Paulo - SP - CEP 04121-001 - CNPJ nº 61.699.567/0017-50. **3.2 - Formalidade da escrituração contábil - resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **4 - Principais Práticas Contábeis:** Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002). **4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC - TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC - TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

	31.12.2013-R\$	31.12.2012-R\$
Caixa e Saldos em Bancos	18.283,13	35.520,63
Aplicação Financeira de Curto Prazo	57.633,67	927.110,27
Caixa e Equivalentes de Caixa	75.916,80	962.630,90

4.2 - Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, c/ base no

continuação

prática contábil adotada é pelo regime de competência p/ registro das mutações patrimoniais. Conforme resolução 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais p/ que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **4.4-Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2013 é de 49.625,86. A provisão p/ desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, c/ base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. O montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente p/ eventuais perdas. (Resolução CFC No. 1.170/09 (NBC TG 16)).

	31.12.2013-R\$	31.12.2012-R\$
Materiais utilizados no setor de Nutrição	555,24	1.320,78
Materiais utilizados no setor de Farmácia	7.792,25	10.609,58
Materiais de Almoarifado	41.278,37	40.363,07
Total	49.625,86	52.293,43

4.5-Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **4.6-Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados c/ base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **4.7-Provisão p/ Rescisão de Contratos:** Conforme nota explicativa, a Entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12, e passou a constituir provisões p/ rescisões de contrato. **4.8-Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas c/ base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **4.9-Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo c/ as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas c/ o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados c/ base em estimativas contábeis incluem as provisões p/ ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões p/ indenizações e provisões p/ perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados c/ base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas c/ base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **4.10-Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados p/ fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos p/ classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade c/ o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009 que aprova o CPC 25. **p/ tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de:** (a) obrigação pre-

Descrição	Posição em 31/12/2012	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2013
Imobilizado-Bens de Terceiros	510.534,01	29.217,30	-	539.751,31
Bens Móveis	510.534,01	29.217,30	-	539.751,31
Apar Equip Utens Med Odont Lab	69.577,49	-	-	69.577,49
Equip Processamento de Dados	188.326,27	28.112,30	-	216.438,57
Mobiliário em Geral	196.952,36	-	-	196.952,36
Maq Utens e Equip Diversos	37.987,44	1.105,00	-	39.092,44
Apar e Equip Comunicação	769,00	-	-	769,00
Apar e Utens Domesticos	5.145,30	-	-	5.145,30
Equip p/Audio Video e Foto	11.776,15	-	-	11.776,15
Total Imobilizado - Terceiros	510.534,01	29.217,30	-	539.751,31

Descrição	Posição em 31/12/2012	Baixa	Ajuste do Exercício	Posição em 31/12/2013	Taxas anuais médias de Ajuste
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(293.509,92)	-	(42.211,26)	(335.721,18)	%
Bens Móveis	(293.509,92)	-	(42.211,26)	(335.721,18)	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(31.414,88)	-	(6.995,87)	(38.410,75)	10
Equip Processamento de Dados	(182.646,52)	-	(9.897,26)	(192.543,78)	20
Mobiliário em Geral	(59.351,87)	-	(19.695,15)	(79.047,02)	10
Maq Utens e Equip Diversos	(13.370,28)	-	(3.853,96)	(17.224,24)	10
Apar e Equip Comunicação	(363,20)	-	(76,90)	(440,10)	0
Apar e Utens Domesticos	(2.097,10)	-	(514,52)	(2.611,62)	0
Equip p/Audio Video e Foto	(4.266,07)	-	(1.177,60)	(5.443,67)	10
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(293.509,92)	-	(42.211,26)	(335.721,18)	

Demonstrativa do Movimentação do Imobilizado em 2013: Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados p/ determinação da vida útil-econômica estimada e p/ cálculo da depreciação, exaustão e amortização". **6-Origem e Aplicação Dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade c/ as exigências legais-fiscais. **6.1-Das Receitas Operacionais:** As receitas operacionais da Entidade são constituídas de valores recebidos diretamente pela Entidade através do Sistema Único de Saúde - SUS, receitas de convênios privados e pacientes particulares, além dos recursos de uso restrito representados pelos Contratos de Gestão, Convênios Públicos e outros tipos de Assistências Governamentais recebidas das esferas federais, estaduais e municipais. Os valores recebidos diretamente pela Entidade através do Convênio 451/2013 da Secretaria de Estado da Saúde representaram no ano de 2013, 100% do total das receitas operacionais. **6.2-Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2013 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 260,00, enquanto que em 2012 foi de R\$ 595,87. **6.3- Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos.:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados c/ órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda do-

cente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). p/ eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. p/ eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida p/ o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. p/ processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2013 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo. O montante p/ o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 0,00. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2013, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. p/ ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 30.000,00. c/ relação às execuções tributárias cuja probabilidade de perda era tida como "provável" os valores se encontram provisionados em contas do passivo. p/ ações fiscais cuja probabilidade de perda era tida como "possível" o montante chegou a R\$ 36.000,00. Este tipo de execução ocorre em sua grande parte face o caráter filantrópico da Instituição, o que lhe garante a imunidade tributária nos termos do art. 150, inciso VI, alínea "C" da Constituição Federal (nota explicativa sobre imunidade). **4.11-Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos c/ fornecedores encontram-se c/ valor histórico, c/ exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **4.12-Apuração do Resultado:** O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam p/ a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07) no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **5-Imobilizado:** O imobilizado da SPDM - Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz é composto por bens próprios e bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens próprios referem-se a ativos adquiridos c/ recursos da própria Instituição. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada c/ recursos de contratos de gestão ou convênios p/ os quais possuímos documentos de cessão de uso. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Posição em 31/12/2012	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2013
Imobilizado-Bens de Terceiros	510.534,01	29.217,30	-	539.751,31
Bens Móveis	510.534,01	29.217,30	-	539.751,31
Apar Equip Utens Med Odont Lab	69.577,49	-	-	69.577,49
Equip Processamento de Dados	188.326,27	28.112,30	-	216.438,57
Mobiliário em Geral	196.952,36	-	-	196.952,36
Maq Utens e Equip Diversos	37.987,44	1.105,00	-	39.092,44
Apar e Equip Comunicação	769,00	-	-	769,00
Apar e Utens Domesticos	5.145,30	-	-	5.145,30
Equip p/Audio Video e Foto	11.776,15	-	-	11.776,15
Total Imobilizado - Terceiros	510.534,01	29.217,30	-	539.751,31

documentação a disposição p/ qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo c/ o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo c/ suas finalidades. A Entidade p/ a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada c/ as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos p/ reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2013, a Associação recebeu Assistências Governamentais Federais, Estaduais e Municipais conforme quadro abaixo:

Convênios/Contratos	R\$
CONVÊNIO 451/2013	1.187.700,00

7- Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido no balanço anterior, de acordo c/ apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas do ano, a SPDM procedeu a ajustes necessários p/ se adequar ao que estabelece as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos c/ restrição originária de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. "O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15ª), que enquanto não atendido os requisitos p/ reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição p/ Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre zero". **8-Resultado do Exercício:** Em virtude da aplicação de outros itens da resolução o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Caso houvesse, superávit ou

déficit ou ainda parte deles que tivesse restrição p/ aplicação, estaria reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido, o que não ocorre. **9 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 1.970 MS.** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do art. 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, c/ base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados c/ base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo c/ o Art. 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos e ela vinculados. O Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz apresentou nesta unidade a seguinte produção:

Tipo de Atendimento	Total
Número de Consultas Ambulatorio	58.880
SADT Interno	5.773

10-Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no art. 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais. Em 22 de junho 2012, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000.106245/2012-12. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: **10.1-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 11, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2013, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montada em R\$ 507.727,13. Em 2012, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 460.038,14. **10.2-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2013 atingiu um montante de R\$ 242,16. Em 2012 o referido valor de receita totalizou R\$ 1.579,67.

10-3-Isenção da Contribuição p/ o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): A isenção da Contribuição p/ o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2013 foi de R\$ 82.683,65. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2012, esse montante foi de R\$ 73.396,78. **11-Trabalho Voluntário:** Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. O montante desse serviço que se encontra consignado em contas de resultado em 2013 correspondeu a R\$ 490,12. **12-Ajuste A Valor Presente (Resolução do CFC No. 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compo-

do os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas p/ obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo c/ liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **13-Seguros:** p/ atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente p/ cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **14-Exercício Social:** Conforme estabeleceu o art. 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide c/ o ano civil, iniciando-se em 1º/01 e encerrando-se em 31/12/cada ano.

Produção Assistencial		
Linhas de Contratação	Contratado 2013	Realizado 2013
Internação Hospital-Dia		
Ambulatório	31.600	31.143
Urgência/Emergência SADT Externo		5.773
Total	31.600	36.916
Resultado Contábil	Receitas 2013	Despesas 2013
	3.363.335,51	3.363.335,51

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da S.P.D.M.
Dr. Katsumi Osiro - Diretor Técnico - CRM 15.053
Washington de oliveira da Silva - Contador - CRC 271587/O-9

Ata da 17ª Reunião do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas: Data, Horário e Local: Ao 15/04/2014, às 09h, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - V. Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. Ana Luísa Hoffing Lima, Paulo Bandiera Paiva, Ramiro Anthero de Azevedo, Maria Inês Dolci, regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Padre Antônio Luiz Marchioni ("Padre Ticão"), Dr. Hercílio Ramos, Dr. José Osmar Medina de Pestana e Sr. Flavio Bitelman. **Convidados:** Superintendentes: Prof. Drs. Carlos Alberto Garcia Oliva, Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur e Dr. Anderson Viar Ferraresi. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as Dem. contábeis de 2013 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirião p/ análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia:** Aprovação do relatório Anual da Administração e as Dem. Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Dem. do Resultado do Exercício, Dem. das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2.013 Consolidado da SPDM - Associação Paulista p/ o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hosp. São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hosp. Municipal Vereador José Storópolli (HVM), Hosp. Geral do Pirajussara (HGP), Hosp. Estadual de Diadema (HED), Hosp. de Salto (HS), Hosp. de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hosp. Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HJMJC), Hosp. Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hosp. Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hosp. Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hosp. Brigadeiro (HBRIG) e

o Hosp. e Maternidade Dr. Odélio Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hosp. Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Pronto Socorro Municipal da V. Maria Baixa (PSMVB), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da V. Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hosp. da Microrregião V. Maria e V. Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria V. Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hosp. Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do RJ, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3., - PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hosp. Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Governo de Santa Catarina. Dr. Ronaldo passou a palavra a Dr. Garcia que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Dem. Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório anual da Administração e as Dem. Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2013. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 15/04/2.014. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira; Prof.ª Dr.ª Ana Luísa Hoffing Lima; Prof. Dr. Paulo Bandiera Paiva; Prof. Dr. Ramiro Anthero de Azevedo; Dr.ª Maria Inês Dolci.

Parecer da Assembléia Geral dos Associados: A Assembléia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (art. 19 inciso V), realizada nesta data examinou o Relatório Anual da Adm. e as Dem. Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Dem. do Superávit, Dem. das Mutações do Patrim. Líquido, Notas Explic. e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exerc. encerrado em 31/12/2.013, Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, de sua matriz, Hosp. S. Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hosp. Mun. Ver. José Storópolli (HVM), Hosp. Geral do Pirajussara (HGP), Hosp. Est. de Diadema (HED), Hosp. de Salto (HS), Hosp. de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hosp. Mun. Dr. José de Carvalho Florence de S. J. dos Campos (HJMJC), Hosp. Mun. Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hosp. Mun. de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hosp. Brigadeiro (HBRIG) e o Hosp. e Matern. Dr. Odélio Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hosp. Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Pronto Soc. Mun. da V. Maria Baixa (PSMVB), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da V. Mariana (CSVM), o Centro Est. de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de

continua

continuação

Parecer do Cons. Fiscal: Ilmo. Sr. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Presidente da SPDM - Associação Paulista p/ o Desenvolvimento da Medicina Tendo em vista o art. 46 do Estatuto da SPDM, o Conselho Fiscal reuniu-se nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Dem. Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Dem. do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2013 Consolidado da SPDM - Associação Paulista p/ o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hosp. São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hosp. Mun. Vereador José Storópolli (HVM), Hosp. Geral do Pirajussara (HGP), Hosp. Estadual de Diadema (HED), Hosp. de Salto (HS), Hosp. de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hosp. Mun. Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hosp. Mun. Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hosp. Mun. de Banerri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hosp. Brigadeiro (HBRIG) e o Hosp. e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hosp. Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Pronto Socorro Mun. da Vila Maria Baixa (PSMVB), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistencial Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hosp. da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico

Relatório dos Auditores Independentes: A Diretoria 1) Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz Mariana, que compreende o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. 2) Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. 3) Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada

de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLÍNICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hosp. Mun. Dr. Benedito Montenegro (MONTE-NEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do RJ, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3. -, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hosp. Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Governo de Santa Catarina. c/ base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente e acatando suas observações, este Conselho aprova as Dem. contábeis apresentadas. São Paulo, 14/04/2014. Prof. Dr. Artur Beltrame Ribeiro; Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla; Prof. Dr. João Toniolo Neto; Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta; Profa. Dra. Ruth Guinsberg; Prof. Dr. Hélio Kiyoshi Takahashi; Moron ; Prof. Dr. Clóvis R. Nakaie; Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta ; Prof. Dr. Henrique Lederman.

apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. 4) Opinião sobre as demonstrações contábeis: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz Mariana em 31/12/2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 5) Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2013, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

São Paulo - SP, 01/04/2014. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3.
Ricardo Roberto Monello - Contador - CT- CRC.: 1SP 161.144/O-3 - CNAI – SP – 1619.
Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - RJ - 1620.

Bricor Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 03.207.055/0001-65

Relatório da Diretoria aos Acionistas

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, permanecendo esta Diretoria ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos que desejarem.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em Reais)				Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em Reais)			
Ativo	NE	2013	2012	Passivo e patrimônio líquido	NE	2013	2012
Circulante				Circulante			
Caixa e bancos.....		16.565	12.374	Obrigações fiscais e tributárias.....		39.203	16.206
Aplicações financeiras.....	3	2.567.280	5.887.915	Credores diversos.....	6	34.419.443	30.629.215
Dividendos a receber.....	4	30.681.988	23.209.396	Dividendos a pagar.....	7.3	15.185.033	5.502.246
Impostos a recuperar.....		103.538	82.894	Receitas a apropriar.....		501.378	797.248
		33.369.371	29.192.579			50.145.056	36.944.915
Não circulante				Patrimônio líquido			
Investimentos.....	5	33.357.586	26.381.305	Capital Social.....	7.1	8.824.724	8.824.724
AFAC-Adiant. p/ Futuro Aum. de Capital... 5.1		2.047.069	-	Reserva Legal.....	7.2	1.764.945	1.764.945
Deságio s/ investimentos.....		(8.039.300)	(8.039.300)			10.589.669	10.589.669
		27.365.355	18.342.005				
Total do ativo.....		60.734.725	47.534.584	Total do passivo e do patrimônio líquido		60.734.725	47.534.584

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro 2013 e 2012 (Em Reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2011.....	8.824.724	1.764.945	-	10.589.669
Resultado líquido do exercício.....	-	-	5.502.246	5.502.246
Dividendos distribuídos e/ou a distribuir.....	-	-	(5.502.246)	(5.502.246)
Saldos em 31 de dezembro de 2012.....	8.824.724	1.764.945	-	10.589.669
Resultado líquido do exercício.....	-	-	15.185.033	15.185.033
Dividendos a distribuir.....	-	-	(15.185.033)	(15.185.033)
Saldos em 31 de dezembro de 2013.....	8.824.724	1.764.945	-	10.589.669

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em Reais)

1. Contexto operacional: A Cia. tem como objetivo a administração de bens próprios, a importação, exportação, industrialização e comércio de materiais de construção, e a participação em outras Sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis:** **2.1. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, com alterações dadas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração não efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis, a qual, em conjunto com os proprietários, não fizeram objeção quanto a não apresentação das demonstrações contábeis consolidadas. A demonstração de resultado abrangente não está sendo apresentada por não haver valores a serem apresentados sobre esse conceito. Dessa forma, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total. **2.2. Principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes: **2.2.1. Regime de escrituração contábil:** Os ativos realizáveis e passivos exigíveis até o prazo de 01 ano foram classificados como circulantes e os ativos realizáveis e passivos exigíveis com prazos superiores há 01 ano foram classificados no longo prazo. As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. **2.2.2. Investimentos:** Refere-se a investimento em controladas, avaliado pelo método de equivalência patrimonial, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5. **2.2.3.**

Demais ativos e passivos: São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias, incorridos. **3. Aplicações financeiras:** São representadas por títulos de renda fixa, pós-fixadas, com base na variação do CDI, demonstradas pelo valor da aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, junto ao Banco Bradesco S/A. **4. Dividendos a receber:** Representa o saldo a receber de lucros distribuídos das empresas com participações societárias. **5. Investimentos** Os investimentos referem-se a participações nas empresas Tamboré S/A (66,62%) e Prumo Empreendimentos e Participações Ltda. (66,62%). **5.1. AFAC - adiantamento p/ futuro aumento de capital:** Valores entregues para Tamboré S/A, a título de Adiantamento para futuro aumento de capital. **6. Credores diversos:** O valor representa créditos com os acionistas. **7. Patrimônio líquido: 7.1. Capital social:** O capital social é R\$ 8.824.724 e está representado por 8.824.724 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 50% de ações ordinárias e 50% de ações preferenciais. **7.2. Reserva legal:** Está constituída no limite de 20% do capital social de acordo com a legislação vigente. **7.3. Dividendos:** São previstos aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido do exercício. Para atendimento da Lei nº 11.638/07, a Administração determinou a transferência dos lucros para a conta dividendos a deliberar dentro da rubrica de dividendos a pagar, no montante de R\$ 15.185.033 (R\$ 5.502.246 em 2012). **8. Eventos subsequentes:** Não ocorreram até a presente data quaisquer outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Cia..

	2013	2012
(-) Despesas administrativas.....	(27.695)	(28.455)
(+) Receitas financeiras.....	653.027	287.524
(-) Despesas financeiras.....	(318)	(148)
(=) Resultado operacional.....	625.013	258.921
Resultado de equivalência patrimonial.....	14.684.772	5.286.824
(=) Result. antes das provisões tributárias.....	15.309.786	5.545.745
(-) Imposto de Renda.....	(85.377)	(27.187)
(-) Contribuição Social.....	(39.376)	(16.312)
(=) Resultado líquido do exercício.....	15.185.033	5.502.246
Lucro líquido por ação.....	1.7207	0,6235

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em Reais)

	2013	2012
Resultado líquido do exercício.....	15.185.033	5.502.246
Itens que não afetam o caixa operacional		
Resultado de equivalência patrimonial.....	(14.684.772)	(5.286.824)
	(14.684.772)	(5.286.824)

	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Variação nas contas patrimoniais:		
Impostos a recuperar.....	(20.644)	(25.847)
Credores diversos.....	3.790.228	7.931.856
Receitas a apropriar.....	(295.707)	246.219
Obrigações fiscais e tributárias.....	22.997	10.074
Caixa líquido prov. ativ. operacionais.....	3.996.971	8.377.724
Fluxo de caixa das ativ. de investimentos		
AFAC - Adiant. p/ Futuro Aum. de Capital.....	(2.047.069)	-
Caixa líquido prov. ativ. investimentos.....	(2.047.069)	-
Fluxo de caixa das ativ. financiamentos		
Pagamento de dividendos.....	(5.502.246)	(9.928.306)
Recebimento de dividendos.....	235.900	80.000
Caixa líquido prov. ativ. de financiamentos.....	(5.266.346)	(9.848.306)
Redução líq. de caixa e equiv. de caixa.....	(3.316.444)	(1.470.583)
Caixa e equival. de caixa no início do exercício	5.900.289	7.370.871
Caixa e equival. de caixa no final do exercício	2.583.845	5.900.289
Redução líq. de caixa e equiv. de caixa.....	(3.316.444)	(1.470.583)

As notas explicativas estão apresentadas de maneira resumida como requerido na Lei das S.A.. O conteúdo integral das notas explicativas e o relatório dos auditores independentes encontram-se em poder da Administração na sede da Companhia.

Administração

Arthur Castilho de Ulhoa Rodrigues

Diretor Presidente

Fábio Pentado de Ulhoa Rodrigues

Diretor Vice-Presidente

Maria de Lourdes Rodrigues Ferreira

Contadora CRC CT 1SP 226.402/O-0

Bocek Investimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF 16.880.261/0001-83

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31/12/13 e 2012. São Paulo, 20/03/14 A Diretoria

Demonstração Patrimonial em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em reais)	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativo/Circulante	82.021,96	1.000,00	16.632.005,33	5.394.855,55
Caixa e equivalentes de caixa	7.362,31	1.000,00	95.675,60	113.840,75
Estoque de imóveis a comercializar	-	-	16.412.742,94	-
Impostos a recuperar	24.659,65	-	24.659,65	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	5.280.000,00
Outros créditos	50.000,00	-	98.927,14	1.014,80
Não Circulante	14.532.478,97	5.400.000,00	-	-
Investimentos	14.532.478,97	5.400.000,00	-	-
Total do Ativo	14.614.500,93	5.401.000,00	16.632.005,33	5.394.855,55

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 23/08/2012	Capital Social		Capital a Integralizar		Prejuízos Acumulados		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Integralização em 23/08/2012	1.000,00	-	-	-	-	-	1.000,00	-
Subscrição de capital, conf. Ata de 19/12/2012	14.780.000,00	(14.780.000,00)	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital, conf. Ata de 19/12/2012	-	5.400.000,00	-	-	-	-	5.400.000,00	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(2.700,00)	-	(2.700,00)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	14.781.000,00	(9.380.000,00)	(2.700,00)	-	5.398.300,00	-	5.398.300,00	-
Integralização de capital, conf. Ata de 19/12/2012	-	9.380.000,00	-	-	-	-	9.380.000,00	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(166.950,70)	-	(166.950,70)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	14.781.000,00	-	(166.950,70)	-	14.611.349,30	-	14.611.349,30	-

Demonstrações dos Resultados	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita Operacional Bruta	-	-	97.105,00	-
Impostos s/as vendas	-	-	(3.544,33)	-
Receita Operacional Líquida	-	-	93.560,67	-
Custos	-	-	(70.253,73)	-
Lucro Bruto	-	-	23.306,94	-
Despesas Operacionais: Administrativas e gerais	(24.645,35)	(2.700,00)	(348.902,66)	(2.314,16)
Resultado financeiro	224.403,66	-	220.833,00	(385,84)
Equivalência patrimonial	(304.521,03)	-	-	-
Prejuízo Operacional	(104.762,72)	(2.700,00)	(104.762,72)	(2.700,00)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contr. Social	(104.762,72)	(2.700,00)	(104.762,72)	(2.700,00)
Imposto de renda e contribuição social	(62.187,98)	-	(62.187,98)	-
Prej. Líq. do Exercício	(166.950,70)	(2.700,00)	(166.950,70)	(2.700,00)
Atribuível aos: Acionistas controladores	-	-	(149.442,75)	(2.424,95)
Acionistas minoritários	-	-	(17.507,95)	(275,05)
Quantidade de Ações	14.781.000	14.781.000	-	-
Prej. p/Ação - Em R\$	(0,01)	-	-	-

As demonstrações financeiras completas e relatório da auditoria independente estão à disposição na sede da Cia.

Demonstração Patrimonial em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em reais)	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Passivo/Circulante	3.151,63	2.700,00	268.104,63	3.300,00
Fornecedores	905,00	2.700,00	88.036,11	2.700,00
Obrigações tributárias	1.647,63	-	2.536,74	-
Obrigações trabalhistas	-	-	72.453,74	-
Outras contas a pagar	599,00	-	105.078,04	600,00
Não Circulante	-	-	50.000,00	11.705,00
Partes relacionadas minoritário	-	-	50.000,00	11.705,00
Acionistas Minoritários	-	-	1.702.551,40	(18.449,45)
Acionistas minoritários	-	-	1.702.551,40	(18.449,45)
Patrimônio Líquido	14.611.349,30	5.398.3		